

Marcelo Mazzola

SANÇÕES PREMIAIS NO PROCESSO CIVIL

**Previsão legal, estipulação convencional
e proposta de sistematização (*standards*)
para sua fixação judicial**

2ª edição

revista, atualizada
e ampliada

2024



EDITORA
JusPODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	25
--------------------------------------	----

INTRODUÇÃO.....	29
-----------------	----

PARTE I

Capítulo 1

SANÇÃO JURÍDICA.....	35
1.1 ETIMOLOGIA E DEFINIÇÃO	35
1.2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS E EVOLUÇÃO DAS PENAS	37
1.2.1 Dos grupos primitivos às sociedades organizadas: a importância da sanção jurídica como instrumento de direcionamento social....	41
1.3 SANÇÃO, COERÇÃO E COAÇÃO	45
1.4 SANÇÃO JURÍDICA NA VISÃO DE HANS Kelsen: O DIREITO COMO ORDEM COATIVA.....	48
1.5 SANÇÃO JURÍDICA NA VISÃO DE NORBERTO BOBBIO: A FUNÇÃO PROMOCIONAL DO DIREITO.....	51
1.5.1 Influências	52
1.5.2 O pensamento inovador de Norberto Bobbio	57
1.6 SANÇÃO PREMIAL	64
1.6.1 Visão geral e aspectos contemporâneos	64
1.6.2 Ressignificação do conceito de sanção premial	67
1.6.3 Definição	77
1.6.4 Críticas à expressão sanção premial.....	78
1.7 RECONHECIMENTO DA SANÇÃO PREMIAL NOS PLANOS LEGAL E JURISPRUDENCIAL.....	81
1.7.1 Plano legal	81
1.7.2 Plano jurisprudencial.....	95

1.8	SANÇÕES PREMIAIS E SACRIFÍCIO À SITUAÇÃO JURÍDICA DE OUTREM	100
1.9	SANÇÕES PREMIAIS E SANÇÕES PUNITIVAS: UMA SIMBIOSE NO ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL	101
1.10	DIFERENTES ESPECTROS DE INCIDÊNCIA DAS SANÇÕES PREMIAIS E DAS SANÇÕES PUNITIVAS	104

Capítulo 2

INTERFACE ENTRE SANÇÕES PREMIAIS E NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL		109
2.1	EFICIÊNCIA PROCESSUAL	111
2.2	DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO	122
2.3	INCENTIVO À AUTOCOMPOSIÇÃO	127
2.4	COOPERAÇÃO	130
2.5	PRIMAZIA DE MÉRITO	132
2.6	BOA-FÉ	134

Capítulo 3

SANÇÕES PREMIAIS, ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E ECONOMIA COMPORTAMENTAL		139
3.1	APROXIMAÇÃO AO TEMA	139
3.2	ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO	142
3.3	ECONOMIA COMPORTAMENTAL	149
3.4	SANÇÕES PREMIAIS, ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E ECONOMIA COMPORTAMENTAL	157
3.4.1	Análise Econômica do Direito e sanções premiais	157
3.4.2	Economia Comportamental e sanções premiais	162

PARTE II

Capítulo 4

SANÇÕES PREMIAIS NO PROCESSO CIVIL: PREVISÃO LEGAL		167
4.1	MIRADAS NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL ESTRANGEIRO	167

4.2	SANÇÃO PREMIAL NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO.....	175
4.2.1	Sanções premiais no CPC/73	175
4.2.2	Sanções premiais no CPC/15	179
4.3	PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DAS SANÇÕES PREMIAIS NA SEARA PROCESSUAL CIVIL.....	194
4.4	SUGESTÕES DE <i>LEGE LATA</i> (<i>NUDGES</i> PROCESSUAIS) PARA A MAXIMIZAÇÃO DAS SANÇÕES PREMIAIS E DE <i>LEGE FERENDA</i> PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE NOVOS PRÊMIOS.....	204
4.4.1	Sugestões de <i>lege lata</i>	204
4.4.2	Sugestões de <i>lege ferenda</i>	210

Capítulo 5

	SANÇÕES PREMIAIS E CONVENÇÕES PROCESSUAIS: ESTIPULAÇÃO CONVENCIONAL	215
5.1	AS CONVENÇÕES PROCESSUAIS E O MODELO COOPERATIVO DE PROCESSO.....	217
5.2	CLASSIFICAÇÃO, REQUISITOS E LIMITES DAS CONVENÇÕES PROCESSUAIS	220
5.3	CONVENÇÕES PROCESSUAIS E SANÇÕES PREMIAIS	227
5.3.1	Sanções premiais convencionais pré-processuais.....	229
5.3.2	Sanções premiais convencionais incidentais.....	231
5.3.2.1	Sanções premiais convencionais espontâneas.....	233
5.3.2.2	Sanções premiais convencionais estimuladas.....	236
5.4	PROTOCOLOS INSTITUCIONAIS E SANÇÕES PREMIAIS.....	237

Capítulo 6

	SANÇÕES PREMIAIS ATÍPICAS: PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO PARA A SUA FIXAÇÃO JUDICIAL	241
6.1	APROXIMAÇÃO AO TEMA	242
6.2	ESTADO DA ARTE	244
6.3	SANÇÕES PREMIAIS ATÍPICAS	247
6.3.1	Definição	247
6.3.1.1	Sanção premial x atuação premial	248
6.3.2	Natureza jurídica do comando premial judicial.....	249

6.3.3	Necessidade de participação das partes na construção do comando premial?	252
6.4	EMBASAMENTO TEÓRICO-NORMATIVO	254
6.4.1	Normas fundamentais do processo civil e operosidade	254
6.4.2	Influxos da Análise Econômica do Direito e da Economia Comportamental.....	256
6.4.3	Atipicidade dos meios executivos	258
6.4.4	Análise detida do art. 139, IV, do CPC/15 sob o prisma das medidas indutivas.....	266
6.5	SANÇÕES PREMIAIS E CRIATIVIDADE JUDICIAL: RISCO DE ARBITRARIEDADE?	274
6.6	STANDARDS PARA A FIXAÇÃO DE SANÇÕES PREMIAIS ATÍPICAS: UMA PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO	276
6.6.1	<i>Standards primários</i>	276
6.6.1.1	Não afetação de direito alheio.....	276
6.6.1.2	Vedação à transferência de externalidades ao Judiciário ..	281
6.6.1.3	Fundamentação adequada.....	281
6.6.1.4	Proporcionalidade.....	284
6.6.2	<i>Standards secundários</i>	286
6.6.2.1	Simetria de oportunidades	287
6.6.2.2	Divulgação e publicidade.....	288
6.7	MATERIALIZAÇÃO DA HIPÓTESE	289
6.7.1	Sanções premiais atípicas nos processos estruturantes.....	290
6.7.2	Sanções premiais atípicas no cumprimento individual de sentença envolvendo obrigação de fazer, de não fazer e de entregar coisa ..	297
6.7.3	Sanções premiais atípicas nos procedimentos especiais	299
6.8	ANÁLISE DE CASOS CONCRETOS	302
	CONCLUSÃO	307
	REFERÊNCIAS	313
	POSFÁCIO	367